REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA DO ALTO TIETÊ

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, SALÃO DOS PRATOS

DIA 14/03/97, 14:30 HORAS

APRESENTADORA à Senhoras e senhores, boa tarde a todos! Estamos aqui reunidos para mais uma reunião do Comitê da Bacia do Alto Tietê. Gostaríamos de solicitar aos Srs. membros titulares, ou seus suplentes ou representantes que, por favor, componham a mesa. Para os demais convidados, temos lugares onde os mesmos podem se acomodar. Na mesa principal nós gostaríamos que sentassem os Srs. membros titulares, e caso os mesmos não estejam presentes, seus suplentes ou seus representantes que aqui se encontram. Gostaríamos de compor a mesa principal chamando, primeiramente, o Presidente do Comitê da Bacia do Alto Tietê em exercício, o Sr. Mário Mantovani. (Palmas) Chamamos também o Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Sr. Hugo Marques da Rosa. (Palmas) E também chamamos para compor a mesa principal o Secretário Executivo do Comitê da Bacia do Alto Tietê, Sr. Gerôncio Rocha. (Palmas) Passamos a palavra agora ao Sr. Presidente do Comitê, Sr. Mário Mantovani. O SR. MÁRIO MANTOVANI (Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê) - Boa tarde, senhoras e senhores. com muito prazer que nós, cumprindo aqui mais uma reunião deste Comitê, recebemos os novos indicados para participarem deste que é, talvez, um dos fóruns mais importantes da Região Metropolitana. Nós aqui, com o segmento dos prefeitos, com os representantes do Governo do Estado e com os representantes da sociedade civil, que vimos ao longo dos anos acabarem todas as representações metropolitanas, temos neste Comitê a oportunidade de fazer um resgate de uma das coisas mais importantes, que é a gestão da qualidade de vida aqui na Região Metropolitana. Fico muito feliz de poder estar, neste momento, falando como Comitê; nós, da "Fundação S.O.S. Mata Atlântica", que desde a Lei 7663, lutamos para que esse fórum fosse instituído, agora temos a honra de estar na presidência e, com isso, valorizarmos esta questão, através da gestão de recursos hídricos, que é a maneira mais importante de gestão ambiental dentre todas as formas que possam haver de se pensar o meio-ambiente. Queria fazer uma colocação no dia hoje, em que deixo a Presidência do Comitê, uma questão que foi, aliás, o meu esforço pessoal durante todo esse tempo, ou seja, de pedir aos prefeitos aqui presentes, pedir ao representantes da sociedade civil e aos membros do Governo, que apoiem, neste momento, a criação dos subcomitês! Acho que esse passo que nós demos, enquanto gestão de bacia hidrográfica, de conformar, de aprender a trabalhar enquanto comitê de bacia, ganha agora o seu contorno final; já sabemos como é, conhecemos os mecanismos, sabemos como são todas as articulações que são necessárias e como negociar, como dirimir conflitos dentro da bacia. Portanto, agora temos um próximo passo, ou seja, a criação dos subcomitês. E este Comitê, com a proposta que tem hoje, passa a estar extremamente qualificado, ele passa a ser, talvez, o melhor momento da sociedade, o melhor momento do Governo e o melhor momento das prefeituras, pois vamos estar "passando essa bola redonda"; agora chegou a hora de fazer o gol, de consolidar a lei nacional de recursos hídricos que foi encaminhada pelo Secretário Fábio Feldman e que foi aprovada agora em janeiro, e com isso termos, definitivamente, um sistema de recursos hídricos implantado no País. Portanto, da minha parte, enquanto Presidência, gostaria de agradecer e atendendo a uma "solicitação regimental", pode-se dizer assim, e aliás muito mais do que regimental, uma relação de amizade que se construiu nesse tempo todo em que trabalhamos com o mesmo objetivo e com o mesmo ideal, eu gostaria de passar a palavra ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para que o mesmo possa dirigir os nossos

trabalhos na tarde de hoje. Muito obrigado! O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos) à Gostaria de saudar o Sr. Prefeito do Município de São Paulo, Sr. Celso Pitta, em nome de quem saúdo todos os prefeitos aqui presentes; gostaria de saudar o meu companheiro de Secretariado, André Franco Montoro, em nome de quem saúdo todos os membros do Governo do Estado de São Paulo aqui presentes; e gostaria de saudar também o meu companheiro Mantovani, em nome de quem eu saúdo todos os dirigentes de entidades não-governamentais e da sociedade civil aqui presentes. Gostaria de saudar também a presença da Imprensa e todas as pessoas que aqui vieram para participar da nossa reunião. Esta reunião, como todas as demais reuniões de todos os comitês de bacia de todo o Estado de São Paulo são, por lei, reuniões públicas e, portanto, estão abertas a todos os que queiram participar. Acho que esta nossa reunião é extremamente importante em função do que ocorre hoje nos recursos hídricos do Estado de São Paulo. Nós temos uma situação grave tanto em termos de qualidade como de quantidade, e não vou me estender mais especificamente sobre esse assunto agora porque um pouco mais para a frente da nossa reunião vou ter a oportunidade de apresentar uma situação sintética sobre a situação dos recursos hídricos. Mas em função do que tem ocorrido, problemas de enchentes, problemas de falta d'água, problemas de rodízio ao qual a população está sendo submetida, da péssima qualidade dos nossos rios, realmente, é fundamental que passemos a ter uma gestão mais efetiva dos nossos recursos hídricos. E isso só pode ocorrer com a participação efetiva dos municípios, Estado e da sociedade civil. Felizmente, o Estado de São Paulo foi o pioneiro em termos de legislação de recursos hídricos, o Estado que primeiro teve uma lei, de autoria do Legislativo, e essa lei permitiu que nós tivéssemos, então, um sistema integrado de gestão de recursos hídricos em todas as 22 bacias hidrográficas do Estado. Este Comitê que hoje está recomeçando o seu trabalho, iniciando uma nova gestão, é responsável pela Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, a qual responde pela maior população do Estado, pois praticamente ela coincide com a Região Metropolitana de São Paulo, e nós temos aqui na Região Metropolitana uma grande ausência de integração entre as ações de Governo de um lado, de municípios de outro lado e mesmo entre os próprios municípios. Essa ação precisa receber uma contribuição da sociedade civil, tanto em termos de cobrar o Poder Executivo, seja estadual ou os municipais, como em termos de colaborar propondo sugestões. Portanto, acho que esta é uma reunião histórica, porque nós estamos fazendo um esforço para valorizar este Comitê. Solicitamos que todas as entidades que fazem parte do Comitê se fizessem representar, na medida do possível, pelos seus titulares, e na impossibilidade do seu presidente ou do seu principal responsável, por uma pessoa qualificada que bem a pudesse representar na reunião. Aliás, pela presença extremamente qualificada que temos nesta mesa, vemos que todas estão dando uma grande importância para essa questão. Então, eu acho que, realmente, esta nossa reunião de hoje é histórica para a gestão dos recursos hídricos do Estado de São Paulo. Gostaria agora, então, para que nós pudéssemos iniciar efetivamente os nossos trabalhos, de solicitar a leitura de todos os 48 integrantes do Comitê e seus respectivos suplentes escolhidos para o mandato 97/98, esclarecendo que o nosso Comitê da Bacia do Alto Tietê, como todos os comitês de bacia no Estado de São Paulo, é tripartite; temos 16 representantes dos municípios, 16 representantes da sociedade civil e 16 representantes do Estado. Portanto, pediria que fosse feita a leitura dos 48 membros titulares do Comitê de Bacia. APRESENTADORA aos membros que representam o Estado: Hugo Marques da Rosa, Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; Antônio de Pádua Perosa, Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; Fábio Feldmann, Secretaria do Meio Ambiente; Francisco Graziano Neto, Secretaria da Agricultura e Abastecimento; André Franco Montoro Filho, Secretaria de Economia e Planejamento; David Zylbersztajn, Secretaria de Energia; José da Silva Guedes, Secretária da Saúde; Dimas Ramalho, Secretaria da Habitação; Israel Zekcer, Secretaria de

Esportes e Turismo; Emerson Kapaz, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Nelson Nefussi, CETESB; Ariovando Carmignani, SABESP; Gilda Collet Bruna, EMPLASA; Eduardo José Bernini, ELETROPAULO; Edis Milaré, Fundação para Conservação e Produção Florestal; Fernando Campagnoli, Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT; Rosana Ferreira Cravo, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDEC; José Bernardo Ortiz, DAEE e Jorge Simão Júnior, DAEE. Agora, passamos a ler os membros dos municípios: Prefeitos Gilson Luiz Correia de Menezes, Diadema; Oswaldo Dias, Mauá; Maria Inês Soares Freire, Ribeirão Pires; Aparecido Benedito Franco, Rio Grande da Serra; Celso Augusto Daniel, Santo André; Maurício Soares de Almeida, São Bernardo do Campo; Luiz Olinto Tortorello, São Caetano do Sul; Gilberto Macedo Gil Arantes, Barueri; Jorge Ikeda, Carapicuíba; Sergio Montanheiro, Itapevi; Walderi Braz Paschoalin, Jandira; Silas Bortolosso, Osasco; Antônio Miguel Silveira Bueno, Pirapora do Bom Jesus; Sílvio Roberto C. Pecciole, Santana do Parnaíba; Pedro Sergio Graff Nunes, Caieiras; Antônio Carlos O. R. de Andrade, Cajamar; Luiz Carlos dos Reis, Francisco Morato; José Benedito Hernandez, Franco da Rocha; Arlindo Carpi, Mairiporã; Celso R. Pitta do Nascimento, São Paulo; Bendito Freitas, Biritiba Mirim; Waldemar Marques de Oliveira, Ferraz de Vasconcelos; Nefi Tales, Guarulhos; Antônio Carlos Mendonça, Itaquaquecetuba; Waldemar Costa Filho, Mogi das Cruzes; Jorge Francisco Correa Allen, Poá; José Rodrigues Feital Filho, Salesópolis; Estevan Galvão de Oliveira, Suzano; Abel José Larini, Arujá; Mário Dias Ribeiro, Cotia; Oscar Yazbek, Embu; Antônio Lopes Sueiro Filho, Embuà Guaçu; Lacir Ferreira Baldusco, Itapecerica da Serra; Fernando Fernandes Filho, Taboão da Serra; Ayres Scorsatto, Juquitiba e Lener Nascimento Ribeiro, São Lourenço da Serra. Passamos agora à leitura dos membros da sociedade civil: Maria Stella Magalhães Gomes, da Entidade Água e Vida; Bonfiglio Alves Ferreira, Conselho Comunitário de Saúde de Franco da Rocha; Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Federação das Indústrias de São Paulo FIESP; Takashi Nakagawa, Sindicato Rural de Mogi das Cruzes; Ruy Kikuty, Sindicato Rural de São Paulo; Marco Aurélio Gardino, Sindicato dos Pescadores Artesanais de São Paulo; Paulo Avancini, Grupo Ecológico e Turístico Salva Mata; Roberto L. M. Klabin, S.O.S. Mata Atlântica; Helder Wuo, Grupo Ecológico Nascente do Tietê - GENT; Virgílio Alcides Farias, Movimento de Defesa da Vida - MDV; Darci Brega Filho, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; Dirceu D'Alkimin Telles, Associação Brasileira de Irrigação e - ABID; Alfredo Mário Savelli, Instituto de Engenharia de São Paulo - IE; Maria Conceição A. Dias, Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas e Horácio Ortiz, Associação Brasileira de Ecologia - ABEPOLAR. Passamos agora aos convidados especiais: Sérgio H. Ferreira, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Abraam Szajman, Federação do Comércio do Estado de São Paulo; Guido Antônio andrade, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP; Luiz Antônio G. Marrey, Ministério Público; Pedro Cury, Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB e Ricardo Young Silva, Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE. Passamos a palavra agora ao Presidente do Conselho, Sr. Hugo Marques da Rosa. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos). Após a leitura dos nomes dos membros do Comitê de Bacia do Alto Tietê, na qualidade de Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, declaro empossados os membros do Comitê de Bacia do Alto Tietê. (Palmas) Passamos agora à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, que deverão responder pela direção executiva do Comitê nesta gestão, cujo mandato é de dois anos. Até hoje, em todos os comitês de bacia instalados, embora isso não seja um preceito da lei estadual de recursos hídricos e nem esteja escrito nos estatutos dos comitês de bacia, mas em todos os comitês até hoje instalados houve um acordo de cavalheiros no sentido de que a presidência do comitê de bacia coubesse a um representante dos municípios, um prefeito; a vice -

presidência coubesse a um representante da sociedade civil e a secretaria executiva a um representante do Estado. Portanto, antes de passar à escolha dos membros, eu gostaria de submeter à votação de todos se vamos manter ou não esse acordo de cavalheiros que ocorreu em todos os comitês de bacia: os Srs. membros que forem favoráveis a que a presidência caiba a um prefeito indicado pelos seus pares, a vice-presidência a um representante da sociedade civil também indicado pelos seus pares e a secretaria executiva a um representante do Governo do Estado, queiram permanecer como se encontram. Os contrários, levantem o braço. (Pausa) Como não há nenhuma manifestação contrária, portanto por unanimidade, está aprovado o critério pelo qual vamos escolher os diretores. Quero saber se alguém gostaria de apresentar... O SR. ESTEVAN GALVÃO DE OLIVEIRA (Prefeito Municipal de Suzano). Pela ordem, Sr. Presidente. Caro Secretário, demais componentes da mesa, quero também, na pessoa do Prefeito Celso Pitta, cumprimentar os demais colegas prefeitos também, quero cumprimentar o nosso Secretário André Montoro e as demais autoridades presentes, como também à Imprensa aqui presente. Estamos acompanhando com muito interesse esse trabalho que o Governo do Estado de São Paulo vem desenvolvendo, essa preocupação quanto aos problemas ligados ao saneamento básico e esgotos e, em especial, alguma coisa para recuperarmos e trabalharmos melhor com o Rio Tietê, dada a sua importância. Esta é uma Bacia importante, como este Comitê também é de grande importância; em outras épocas, nós que sempre acompanhamos essa questão, o comitê, esses membros todos, enfim, isso tudo, no passado, muitas vezes, acabava sendo apenas uma coisa decorativa, pois as pessoas assumiam e pouca coisa faziam! Hoje eu percebo que os prefeitos da Grande São Paulo, todos eles, estão pensando diferente: estão pensando com muito mais responsabilidade, estão preocupados em, realmente, colaborar com o Governo de São Paulo, colaborar com a Prefeitura de São Paulo porque entendo que todos são pessoas bem intencionadas. Este Comitê, portanto, dada a sua importância, deve ser bastante valorizado e deve ser também muito competente. Portanto, eu gostaria, Sr. Presidente Hugo Marques da Rosa, que hoje preside esta reunião solene, de sugerir uma chapa, e se também algum outro prefeito pretender apresentar alguma outra chapa, aí nós partiríamos para a discussão; do contrário, poderíamos até facilitar e, eventualmente, fazer uma eleição por aclamação. Gostaria, então, de apresentar uma chapa, e quero dizer que pelo que pude apurar junto a alguns prefeitos com os quais tive oportunidade de conversar, creio até que deverá haver um consenso em relação a esta chapa; obviamente, não pude conversar com todos, pois não houve tempo suficiente para tanto, mas, evidentemente, gostaria de poder estar dizendo isso em nome de todos os Srs. prefeitos. De qualquer forma, eu sugiro que o presidente deste Comitê seja o Prefeito de São Paulo; para vice-presidente, até mesmo pelo entrosamento que naturalmente já existe com ação deste Comitê, um representante da "Fundação S.O.S. Mata Atlântica", e para secretário executivo teria que ser acho até mesmo por não vislumbrar outro caminho ao próprio Secretário de Recursos Hídricos. Portanto, Sr. Presidente, esta é a proposta que eu gostaria de apresentar. (Palmas) O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos) Consulto a todos os presentes se mais alguém gostaria de apresentar uma outra chapa. (Pausa) O SR. RANDOLFO MARQUES LOBATO (Presidente da Associação Brasileira de Ecologia e de Prevenção à Poluição ABEPPOLAR) - Sr. Presidente, nossa entidade tem 30 anos de existência, e gostaria neste momento de secundar as palavras do orador que me antecedeu, e fazer um esclarecimento: evidentemente, gostaria de dizer que pelo menos pensamos assim a OAB, a nossa entidade suplente, no caso, e que em breve passará também a ser titular, que havíamos proposto ao nosso Secretário e amigo, Dr. Hugo Marques da Rosa, o nome do "Instituto de Engenharia" para ocupar a vice-presidência, acompanhando, no caso, o presidente, Dr. Celso Pitta. Está aqui ao meu lado o nobre Presidente do Instituto de Engenharia, Dr. Savelli, e achamos de bom alvitre, como

sociedade civil, acatar, com muita honra, esta proposta colocada, até porque os nomes indicados são do maior nível. Então, a "ABEPPOLAR Ecologia" e o "Instituto de Engenharia" têm muita honra em apoiar a "S.O.S. Mata Atlântica" para que, na pessoa do Sr. Roberto Klabin, ocupar a vice - presidência. Portanto, a chapa encabeçada pelo nosso DD. Prefeito, Dr. Celso Pitta, com o Sr. Roberto Klabin na vice-presidência e tendo na secretaria executiva o nosso Secretário e amigo, Dr. Hugo Marques da Rosa, é por nós apoiada por unanimidade. Muito obrigado! (Palmas) O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos) gostaria de passar a palavra ao secretário executivo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, Sr. Gerôncio Rocha, para que o mesmo lesse uma correspondência que recebemos do "Consórcio Intermunicipal do ABC". O SR. GER • NCIO ROCHA (Secretário Executivo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê) - Senhoras e senhores, recebemos um ofício do "Consórcio Intermunicipal do ABC", endereçado ao nosso Presidente, Sr. Mário Mantovani, vazado nos seguintes termos: "Sr. Presidente, o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, composto pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, inseridos na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, sub-região sudeste da Grande São Paulo, considerando a necessidade de maior articulação entre os três segmentos integrantes deste Comitê e, principalmente, o dos municípios, para melhor gestão dos recursos hídricos, encaminha para conhecimento de V.Sa. nossa deliberação de apoiar o Exmo. Sr. Prefeito do Município de São Paulo, Dr. Celso Roberto Pitta do Nascimento, para assumir a Presidência do Comitê no mandato de 97/98." Assinam o presente ofício o Sr. Celso Daniel, Prefeito do Município de Santo André e Presidente do Consórcio; Gilson Menezes, Prefeito de Diadema; Maurício Soares, Prefeito de São Bernardo; Luiz Olinto Tortorello, Prefeito de São Caetano do Sul; Oswaldo Dias, Prefeito de Mauá; Maria Inês Soares Freire, refeita de Ribeirão Pires e Aparecido Benedito Franco, Prefeito de Rio Grande da Serra. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos) não havendo outras candidaturas, eu submeto à aprovação, por aclamação, da chapa proposta pelo nobre Prefeito de Suzano, Sr. Estevan Galvão de Oliveira. (Palmas) Portanto, tendo sido eleitos Presidente, vice - Presidente e Secretário Executivo, dou posse aos mesmos e passo a direção dos trabalhos ao Sr. Prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que acaba de assumir a Presidência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. (Palmas) APRESENTADORA Gostaríamos de agradecer a presença e a participação do Sr. Mário Mantovani e do Sr. Gerôncio Rocha nesta primeira parte dos trabalhos, e convidamos o Prefeito de São Paulo, Dr. Celso Pitta, para que sente à mesa juntamente com o Sr. Secretário Hugo Marques da Rosa e o representante da sociedade civil eleito agora também, Sr. Roberto Klabin, da "Fundação S.O.S. Mata Atlântica". O SR. CELSO ROBERTO PITTA DO NASCIMENTO (Prefeito de São Paulo e Presidente eleito do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê) Senhoras e senhores, antes de passar a palavra ao nosso secretário executivo para dar prosseguimento a esta reunião, eu gostaria de saudar a pessoa do Engenheiro Hugo Marques da Rosa, Secretário Estadual de Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que assume agora o cargo de secretário executivo deste Comitê. Gostaria de saudar, da mesma forma, o Secretário Estadual de Planejamento, Dr. André Franco Montoro Filho; o Presidente do Comitê da Bacia do Alto Tietê que deixa o cargo neste instante -, Sr. Mário Mantovani; o Sr. Gerôncio Albuquerque Rocha, secretário executivo do Comitê, que também deixa o cargo nesta data; o Sr. Roberto Klabin, vice-Presidente eleito deste Comitê e Presidente do S.O.S. Mata Atlântica, que assume; ao Dr. Alfredo Mário Savelli, Presidente do Instituto de Engenharia, em nome de quem eu saúdo os demais membros do Comitê, ao prezado colega Prefeito de Suzano, Estevan Galvão, em nome de

quem eu saúdo os demais prefeitos aqui presentes, como também as demais autoridades e aos senhores convidados. Minhas senhoras e meus senhores, a importância deste trabalho é visível, dada a constatação que todos temos da impossibilidade de cada município de "per si" resolver aqueles problemas de abastecimento d'água, saneamento, controle de enchentes e de poluição. O tempo se encarregou de demonstrar a imperiosa necessidade de uma conjunção de esforços de toda a Região Metropolitana em torno deste sistema, que extravasam as fronteiras dos próprios municípios. Felizmente, esse trabalho vem progredindo a passos largos e algumas providências e resultados já se fazem sentir; o entrosamento que se faz cada vez mais intenso entre municípios e entre o Município de São Paulo e o Governo do Estado é observado pelas obras para controle de enchentes, que já passam a obedecer a um plano de macrodrenagem desenhado e projetado para toda uma área de bacia hidrográfica, e não mais se tendo nessa questão ações isoladas de municípios ou mesmo do Estado. A partir de agora, já há esse entendimento da coordenação mandatória de todos esses esforços em nível de municipalidades e em nível de Governo do Estado. De forma que, quero parabenizar ao Secretário Hugo Rosa por ter conduzido esse trabalho de uma forma tão habilidosa, que requer não só uma dedicação mas também uma determinação com relação às dificuldades a serem superadas; elas são imensas, a complexidade do assunto é igualmente grande, mas a determinação, a vontade política, a competência do nosso Secretário Estadual de Recursos Hídricos demonstra que é um trabalho factível. De forma que parabenizo a todos os membros do Comitê que nesta data assumem essa dolorosa missão, desejando que consigamos, de fato, caminhar mais rapidamente para a solução desses problemas da área metropolitana. Passo a palavra agora ao nosso secretário executivo, Sr. Hugo Marques da Rosa. Muito obrigado! (Palmas) O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê) à Senhoras e senhores, o nosso comitê de bacia, como todo comitê, é uma instância colegiada que se reúne de tempos em tempos para tomar decisões, e pela qualidade e pela responsabilidade dos membros deste Comitê, essas reuniões não poderão ser muito freqüentes, razão pela qual o dia a dia do comitê tem que ser tratado em outras instâncias. Estas instâncias são as "câmaras técnicas" e os futuros "subcomitês de bacia". Temos que fazer um trabalho urgente para instalarmos os cinco subcomitês de bacia relativos à Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; porém, nesta reunião, vamos propor a instalação de três câmaras técnicas, que deverão ter uma responsabilidade abrangente. A nossa proposta é simples: seria a de criar três câmaras técnicas, uma relativa à qualidade das águas, outra relativa à drenagem e outra relativa à quantidade. Os nossos problemas, de uma forma muito sintética, estão relacionados com a quantidade da água, com a qualidade da água e com a drenagem. *(NOTA DO TAQUÍGRAFO: O ORADOR UTILIZA DURANTE A SUA EXPLANAÇÃO TRANSPARÊNCIAS COM O RETROPROJETOR, E EM VÁRIOS MOMENTOS FAZ ALUSÕES ÀS REFERIDAS ILUSTRAÇÕES). Então, como exemplos de programas que deverão ser acompanhados em cada uma dessas câmaras técnicas temos, por exemplo, no que se refere à qualidade das águas, nós temos o Projeto Tietê, Proteção e Recuperação de Mananciais Billings, Guarapiranga, Cantareira, etc. e Metas de Qualidade, o enquadramento dos nossos corpos d'água em metas de qualidade. Segunda câmara técnica seria de Drenagem e Controle de Inundações: temos como temas desta câmara técnica o aprofundamento da calha do Rio Tietê, o "Procav I, Procav II, Procav III", da Prefeitura Municipal de São Paulo, Plano de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê, Plano de Contingência nós ainda vamos ter que continuar convivendo com inundações durante algum tempo ou por muito tempo até -, então precisamos ter medidas de contingências muito bem articuladas entre todos os agentes, sociedade civil, municípios e Estado, para que possamos fazer isso de uma forma mais eficiente. E, finalmente, os assuntos ligados à quantidade e

racionalização de uso, Plano Diretor de Abastecimento de Água, Controle de Perdas e Economia de Águas, Reuso da Água e Compatibilização de Usos. Temos diversos conflitos de uso que precisam ser compatibilizados e o fórum adequado para tanto é justamente este Comitê. Então, a nossa proposta é no sentido de criarmos desde já essas três câmaras técnicas, que são abrangentes; praticamente abrange todo o universo dos recursos hídricos. Portanto, está em votação a criação dessas três câmaras técnicas, esclarecendo que uma vez criadas, abriríamos inscrição para todos os interessados que delas quisessem fazer parte. Aqueles que forem favoráveis à criação das três câmaras técnicas permaneçam como estão; os que forem contrários, levantem o braço. (Pausa) Portanto, por unanimidade, está aprovada a criação de três câmaras técnicas do Comitê de Bacia do Alto Tietê que deverão, portanto, a responsabilidade sobre todos os assuntos de recursos hídricos da Bacia. Vou passar rapidamente a uma exposição sobre a situação dos recursos hídricos no Estado de São Paulo; vou tentar fazer uma exposição bastante rápida, porque sei que muito dos presentes têm compromissos e procurarei ser o mais sintético possível. *(NOTA DO TAQUÍGRAFO: O ORADOR CONTINUA SEMPRE SE UTILIZANDO DO RETROPROJETOR E FAZENDO REFERÊNCIAS ÀS RESPECTIVAS TRANSPARÊNCIAS). Como eu já disse, temos aqui no Estado de São Paulo uma situação já bastante crítica em termos de recursos hídricos: em termos de quantidade, em 1990 o Estado tinha, então, 30 milhões de habitantes tínhamos um consumo total no Estado, incluindo uso urbano, uso industrial e de irrigação de 374 metros cúbicos por segundo, o que correspondia a 16% de toda a disponibilidade hídrica do Estado, lembrando que o Estado de São Paulo tem apenas 1,6% de toda a água doce brasileira. O problema é que esses 16% não estavam uniformemente distribuídos em todas as 22 bacias do Estado; então, este quadro mostra as 22 bacias, "em verde" são as áreas com uso predominantemente rurais, bacias com uso predominantemente rural; "em azul" as bacias com uso predominantemente urbano, que é o caso da nossa Bacia do Alto Tietê e "em vermelho" as bacias com uso predominantemente industrial. Os "números ali" indicam o percentual do total dos recursos hídricos que as bacias já utilizavam naquele momento: então, nós vemos que a nossa Bacia do Alto Tietê utilizava, em 1990, 67% de toda a disponibilidade hídrica da Bacia, lembrando que só não era maior porque 60% da água que é utilizada na Região Metropolitana de São Paulo vem da Bacia do Piracicaba e, portanto, é só por isso que o nosso consumo aqui não ultrapassou os 100% da disponibilidade da Bacia. Em contrapartida, na Bacia do Piracicaba, "ali logo em seguida, em vermelho", já tínhamos um consumo de 69% do total da disponibilidade de recursos hídricos, e há outra Bacia que é uma bacia já bastante distante da nossa Capital -, a de Mogi Guaçu, já com 67% de toda a sua disponibilidade já comprometida. A projeção para o ano 2010, o cenário tendencial, indica que deveremos ter um número próximo de 41 milhões de habitantes esta projeção foi feita antes deste último censo e, provavelmente, vai ser um pouco menos -, com 524 metros cúbicos por segundo, utilizando o total de 25% do total da disponibilidade hídrica. Eu estou apresentando este quadro referente ao cenário tendencial para 2010. As bacias "em vermelho" neste quadro temos aí a Bacia do Alto Tietê, Mogi Guaçu e algumas outras bacias à significam que a demanda projetada de água é maior do que 100% de toda a água disponível das bacias, e isso significa o seguinte: a nossa Bacia do Alto Tietê, mesmo importando água da Bacia do Piracicaba, tem uma demanda projetada superior a 100% do total da água disponível, o mesmo acontecendo na Bacia do Piracicaba, Mogi Guaçu, Alto Pardo, etc. O SR. CELSO PITTA (Prefeito de São Paulo e Presidente eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) o Sr. Secretário, senhoras e senhores, eu pediria licença a todos para me retirar neste momento da presente reunião pois tenho um outro compromisso inadiável no gabinete. Queria também aproveitar esta interrupção para novamente agradecer a minha eleição e a dos demais membros do Comitê e desejar a todos sucesso nessa nova investidura. Meus parabéns, novamente, ao Secretário Hugo Rosa! Com licença a todos e muito boa tarde! (Palmas) O SR. HUGO

MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) Voltando à nossa explanação, por outro lado, combinando a situação da quantidade da água com a qualidade da água nós temos uma situação ainda mais grave: "este quadro" mostra, em 1990, a situação da qualidade da água no Estado; "em vermelho", temos as bacias com qualidade da água péssima, onde nós temos a do Alto Tietê e Piracicaba Capivari - Jundiaí. "Em amarelo", ruim, onde temos a Bacia do Médio Sorocaba e Tietê e as outras, "em azul", com qualidade da água apenas aceitável. Esse mesmo quadro, a projeção para 2010 em termos de qualidade da água mostra que, então, teremos oito bacias hidrográficas com qualidade de água péssima. Portanto, o cenário tendencial, que seria o cenário que nós teríamos em 2010 se continuássemos explorando os nossos recursos hídricos da maneira como fizemos até agora, teríamos oito bacias com qualidade péssima da água e, dessas oito, várias delas com um uso projetado de mais de 100% do total da disponibilidade! Ou seja, não dá, realmente, para chegar nessa situação, não dá para a gente usar mais do que 100% do que existe, e muito menos com uma qualidade de água péssima! Portanto, alguma coisa precisa ser feita e precisa ser feita de forma urgente. Do ponto de vista do Governo do Estado, nós temos algumas metas de saneamento que devem contribuir para melhorar essa situação; nós temos uma meta de abastecimento de água de 100% mas, principalmente, uma meta de coleta de 85% do total de esgotos produzidos no Estado, no caso dos municípios atendidos pela SABESP, e desses 85% de esgotos coletados, tratar de 60% dos esgotos. Isso equivale a quase triplicar a quantidade de esgotos que eram tratados no início de 1995. Do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, que é o nosso sistema integrado de gestão de recursos hídricos, como eu já me referi anteriormente, é um sistema pioneiro no Brasil e tem como características a descentralização, a gestão por bacia hidrográfica o Estado foi dividido em 22 unidades de gestão de recursos hídricos, em 22 bacias hidrográficas -, com a participação de Estado, municípios e sociedade civil, e a integração, que é uma coisa fundamental na gestão das águas, é a gestão integrada; em primeiro lugar, a integração de águas superficiais com águas subterrâneas, em segundo lugar, pela ordem, seria a integração de gestão da quantidade com a gestão da qualidade. A gestão da água tendo em vista, também, o uso e ocupação do solo, a integração de usuários do Poder Público e entidades civis e a integração intersetorial o saneamento, energia elétrica, navegação, lazer, enfim, todos os usos que a água pode ter. Então, esse modelo de gestão está baseado em três pilares fundamentais: em colegiados, como é este nosso Colegiado aqui da Bacia do Alto Tietê, são os comitês de bacia e um Conselho Estadual de Recursos Hídricos também tripartite como este e que são as entidades deliberativas, os órgãos deliberativos do sistema. O segundo pilar é o planejamento, então nós temos o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que é um plano quadrienal e que deve ser submetido à Assembléia Legislativa para ser transformado em lei e é composto por 12 programas setoriais, 12 programas de duração continuada. Em cada bacia hidrográfica, o "plano de bacia", que serve de base para a elaboração do Plano Estadual. E, finalmente, os relatórios anuais de situação, que servem de base para a elaboração dos planos de bacia. E a terceira "perna" porque não adianta nada nós termos planos, nós tomarmos decisões se não tivermos dinheiro, recursos -, seria o "Fundo Estadual de Recursos Hídricos", que recebe como recursos "royallites" do setor elétrico aliás, até aqui, o único recurso recebido -, recursos do Tesouro e, futuramente, da cobrança pelo uso da água. O comitê de bacia tem como responsabilidades elaborar o plano de bacia, deliberar sobre as prioridades e elaborar o relatório de situação. O plano, por sua vez, deve conter os programas regionais e diretrizes de uso da água, como também os projetos que deverão ser objeto de financiamento. E, no futuro, nós teremos ainda uma nova entidade que é a "agência de bacia": o nosso comitê de bacia é um colegiado que, como disse anteriormente, ele se reúne e na hora em que terminar essa reunião, cada um volta para o seu município, para o seu órgão estadual ou para a sua

organização não-governamental, e aquilo que a gente decidiu aqui precisa ser implementado por alguém; portanto, o braço executivo do comitê de bacia, no futuro, deverá ser a "agência de bacia". E as agências de bacia, além de braço executivo, deverão preparar os planos de investimentos para serem submetidos aos comitês de bacia. As agências de bacia deverão ser também resposáveis pela gestão financeira, eventualmente, inclusive, fazendo a cobrança pelo uso da água. Os recursos provenientes dessa cobrança deverão ficar disponíveis para a bacia aonde ele for arrecadado. O que se pretende com isso é convergência das ações setoriais dos órgãos de Governo, dentro do plano dos governos, democratização das decisões e co-responsabilidade na fiscalização e controle do uso e conservação dos recursos hídricos. As perspectivas para 97 como um todo são que nós possamos aprovar neste ano, na Assembléia Legislativa, o nosso plano estadual de recursos hídricos 96/99, que foi encaminhado para a Assembléia Legislativa no final de 95, e que nós possamos ainda aprovar na Assembléia Legislativa o projeto que permite a criação das agências de bacia este projeto já está tramitando na Assembléia Legislativa também e, finalmente, que nós possamos enviar e, se possível, aprovar ainda este ano, o projeto que vai tratar sobre a cobrança do uso da água. Com relação à cobrança, assunto o qual teremos uma participação importante deste Comitê, nós tivemos uma primeira minuta que foi elaborada por um consórcio "CNEC-FIPE" , contratado pelo DAEE, e que foi discutido em seminários regionais em todos os comitês de bacia hidrográfica. Em função dessas discussões nós recebemos muitas críticas e muitas sugestões, que foram então encaminhadas para o consórcio "CNEC-FIPE" e que prepara um nova minuta baseada nas novas contribuições enviadas. Essas contribuições foram todas analisadas, nós estamos com o documento pronto e essa nova minuta, então, deverá ficar pronta, provavelmente, nos próximos dias. E uma vez ficando pronta a nova minuta do projeto de cobrança pelo uso da água, ela será encaminhada aos comitês para à discussão. Então, essencialmente, são esses os temas que nós deveremos estar tratando neste Comitê; então, sinteticamente, neste ano nós deveremos estar falando muito de cobrança pelo uso da água, estaremos falando muito sobre o plano diretor de macrodrenagem para a Bacia do Alto Tietê e sobre alguns projetos específicos. Isso que nós estamos fazendo está rigorosamente de acordo à estamos hoje em plena "Rio + 5" com a "Agenda 21", com o capítulo XVIII, onde está estabelecido que o manejo integrado de recursos hídricos baseia-se na percepção da água como parte integrante do ecossistema, como um recurso natural e bem econômico social, e o manejo integrado dos recursos hídricos, inclusive a integração de aspectos relacionados à terra e - água deve se feito ao nível de bacia ou sub-bacia de captação. Então, a nossa lei estadual e o nosso sistema estadual de gestão dos recursos hídricos estão rigorosamente de acordo com a "Agenda 21"; acho que esse é um fato importante neste momento em que se fala muito da "Agenda 21" e que pouca coisa aconteceu depois da "Rio 92". Bem, então era esta a rápida apresentação que eu queria fazer e agora gostaria de franquear a palavra aos senhores presentes; primeiro aos membros do Comitê e, depois, a todos os presentes. Pediria apenas que as pessoas se identificassem quando usassem da palavra. O SR. ALFREDO MÁRIO FAVELLI (Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo - IE) à Inicialmente, gostaria de transmitir a satisfação ao ser empossado o Prefeito Celso Pitta, pois teremos um prefeito na presidência do Comitê e, sem dúvida, isso irá facilitar a integração das atividades das instituições municipais como também das instituições estaduais. Em segundo lugar, eu venho, através do suporte técnico Instituto de Engenharia, trazendo duas colocações: primeiro, a necessidade do desenvolvimento de um plano integrado de longo prazo e, em segundo lugar, a participação dos profissionais das várias especialidades das instituições estaduais e municipais para apoio da ação do comitê. Quando o Secretário Hugo Marques da Rosa propõe a criação das câmaras técnicas, eu entendo que está se criando a fundamentação para que possa ser desenvolvido esse plano integrado de longo prazo e, evidentemente, a participação maior dos técnicos desenvolvendo o trabalho, no que eu me congratulo como o Sr. Secretário e coloco o

Instituto de Engenharia à disposição para participar dos três comitês ou, melhor dizendo, das três câmaras técnicas. E falando do Engenheiro Hugo Marques da Rosa, quero transmitir aos senhores a satisfação do Instituto de Engenharia, na terça-feira da semana que vem, às nove horas da manhã, em receber o Secretário, que irá fazer uma exposição sobre o abastecimento de água da cidade de São Paulo, para o qual convido todos os senhores a estarem presentes, à Av. Dante Pazzanese, 120, no Ibirapuera. Muito obrigado, Sr. Secretário! O SR. HUGO MARQUES DA ROSA - (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) agradeço as palavras do Dr. Savelli, Presidente do Instituto de Engenharia, e deixo aberta à palavra a mais algum membro do Comitê que, porventura, queira se manifestar. O SR. JOSÉ RODRIGUES FEITAL FILHO (Prefeito de Salesópolis) - Sr. Secretário, primeiramente quero parabenizá-lo pela eleição, como também a todos os demais eleitos aqui. Nós queremos colocar, o pessoal do "Alto Tietê à Cabeceiras", se há previsão para instalação dos subcomitês. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) à A instalação dos subcomitês depende, em grande medida, da própria sociedade civil local e da própria representação municipal local. Da nossa parte, nós vamos dar todo o apoio possível à formação dos subcomitês, acho que é absolutamente prioritário! Mas é preciso que nesse trabalho haja também uma movimentação dos prefeitos e uma movimentação da sociedade civil. Eu sei que nas cabeceiras do Tietê, na sub-bacias das Cabeceiras do Rio Tietê, que essa movimentação já está ocorrendo; sei que há uma mobilização dos senhores prefeitos e da sociedade civil também e, obviamente, o ideal é que se possa fazer isso no menor prazo possível; isso vai depender muito da articulação local. O SR. JOSÉ RODRIGUES FEITAL FILHO (Prefeito de Salesópolis) à Pergunto isso porque esses subcomitês vão se revestir de plena relevância para o desenvolvimento do Conselho, principalmente para o desenvolvimento dos comitês de bacia, concorda? Se ele não funcionar, também não vão funcionar os comitês de bacia! Portanto, a nossa pressa do "Alto Tietê àCabeceiras" é porque nós queremos ver funcionando a coisa a todo o vapor! O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê). Sem dúvida que esse é o objetivo! Aliás, essa é uma posição que nós defendemos há dois anos, porque a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê tem uma natureza diferente das outras bacias hidrográficas: ela é muito mais complexa e muito mais heterogênea! Tem algumas bacias hidrográficas que são mais homogêneas; por exemplo, se pegarmos "Litoral Norte" ou "Mantiqueira", ou "Vale do Ribeira", não há muita diferença de uma parte da bacia com outra parte da bacia, quer dizer, é mais homogênea, os próprios municípios, a problemática é muito semelhante. Já aqui na Bacia do Alto Tietê a problemática é totalmente diversa: a situação do "ABC" é totalmente diferente da situação dos municípios do Sul, dos municípios do Norte, dos municípios do Oeste... E cada região... Na Zona Leste, por exemplo, os municípios que estão nas cabeceiras do Rio Tietê, têm uma situação totalmente diferente! Os municípios onde têm uma área, uma parte importante de área de proteção de mananciais, tem uma situação que, de um lado, tem dificuldades em relação ao uso e ocupação do solo, porque lá tem água disponível, em boa quantidade; já os municípios da Zona Oeste tem problemas seríssimos de qualidade de água, que é o caso de Pirapora do Bom Jesus com as "espumas", dificuldades enormes de abastecimento. A sub-região da (....) é mais difícil de abastecer, porque não tem mananciais próprios, pelo menos em volume necessário e não tem área de proteção de mananciais, quer dizer... talvez fosse até importante que tivesse, né?! Então, eu acho que a criação dos subcomitês vai, exatamente, vir de encontro com essa questão das diferenciações sub-regionais; na medida em que nós tenhamos os

subcomitês, é muito mais fácil mobilizar a sociedade local. Eu sinto que aqui no comitê de bacia, muitas vezes, estamos tratando de um assunto que é crucial, por exemplo, para a Bacia do Guarapiranga, mas não tem interesse nenhum para quem mora na Zona Oeste! O assunto não mobiliza a outra população! Então, o subcomitê vai ser capaz de mobilizar muito mais a sociedade civil local e muito mais os prefeitos das sub-bacias. Portanto, de nossa parte, vamos dar todo o apoio para que a gente possa, rapidamente, ter esses cinco subcomitês instalados. O SR. HÉLDER WUO (Representante do Grupo Ecológico Nascente do Tietê - GENT, de Salesópolis) - Sr. Secretário, o que eu trago hoje diz respeito a um assunto que foi publicado no "Diário Oficial" do dia 16 de fevereiro p.p. O título é "Obra de Paraitinga começa em julho". Houve uma deliberação do Comitê de que o Sistema Alto Tietê iria ser feito através do aproveitamento das águas já regularizadas no "Reservatório de Ponte Nova", das vazões naturais, ou seja, ou seja, a captação a fio d'água do Rio Biritiba e Paraitinga e do pleno aproveitamento da capacidade de regularização do Reservatório de Taiaçupeba. Então, essa é uma matéria que foi divulgada através do DAEE, e ela vem contra a determinação do Comitê. Portanto, eu quero saber se a deliberação do Comitê ainda está em vigor! O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê). Eu não me lembro dessa deliberação do Comitê, mas se o Comitê deliberou e se não houve nenhuma outra deliberação em contrário... Toda deliberação que o Comitê tomou até hoje, não havendo outra deliberação em contrário, ela está em vigor! O SR. HÉLDER WUO (Representante do Grupo Ecológico Nascente do Tietê - GENT, de Salesópolis). É que houve alguma ação do Comitê para que essa matéria fosse veiculada no jornal, porque se não, a decisão do Comitê... o próprio órgão do Estado está infringindo uma decisão do Comitê! Essa decisão vai até o ano 2000, e a barragem, segundo o jornal, vai ser construída no prazo de 135 dias... O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê). De qualquer forma, está registrada a manifestação de V.Sa. e nós vamos verificar o que está ocorrendo. Parece-me que o representante do "MDV" havia solicitado a palavra, portanto está com ela agora. O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS à (Representante do Movimento de Defesa da Vida (ABC) - MDV). Primeiramente, quero parabenizar a todos por mais dois anos de luta e muito trabalho. Uma coisa que está nos preocupando muito, inclusive se trata de uma discussão do comitê de bacia aprovada com muita certeza e que, de repente, nós vemos acontecerem discussões à inclusive, puxada por membros em nome do Instituto de Engenharia -, no sentido de estar contra a que o Governo estadual capte água na Represa Billings para abastecimento público. Queria aqui chamar a atenção, sobretudo dos prefeitos do Grande ABC e das lideranças do Grande ABC que isto é uma decisão que vem contra tudo o que se faz em defesa desse recurso finito que é a água doce! O mundo inteiro diz que a água doce é escassa e que nós devemos fazer de tudo para preservar os mananciais que ainda existem; a Billings, quando foi formada, tinha uma capacidade produtora de água de 30 metros cúbicos por segundo, e hoje está reduzida a 14 metros cúbicos por segundo! Se a gente não preservar esse restante, iremos passar sede em plena Grande São Paulo, onde existem recursos hídricos muito grandes. Portanto, eu queria chamar a atenção de todos para o seguinte: a Billings foi planejada para gerar energia, mas também para produção de água potável para as futuras gerações, que é de nossa responsabilidade, hoje. Essa tentativa do Instituto de Engenharia, que está cedendo em torno, inclusive, da Ordem dos Advogados do Brasil, é um golpe na população da Grande São Paulo, é um golpe na população do Grande ABC e que nós, população do Grande ABC e ambientalistas não vamos jamais aceitar que isso aconteça! Portanto, estamos alertando aqui hoje, na posse da nova diretoria do Comitê de Bacia, que quem estiver pensando que

vai privilegiar energia em detrimento da falta de água para consumo humano, está enganado, porque vai haver muita luta contra essa tentativa desse golpe contra a água doce do Estado de São Paulo! O SR. ALFREDO MÁRIO SAVELLI (Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo - IE). Gostaria apenas de fazer uma colocação a respeito do que foi falado neste instante pelo companheiro do MDV. O Instituto de Engenharia é uma entidade técnica que congrega técnicos engenheiros e também não engenheiros: advogados, economistas, sociólogos etc. Então, o Instituto de Engenharia está permanentemente debatendo os assuntos de interesse da comunidade! O senhor está convidado e quem estiver aqui presente e estiver interessado também está convidado a ir no Instituto de Engenharia, temos reuniões de almoço nas terças-feiras à isso só para ter uma data exata, meio-dia e meia -, e todos os senhores estão convidados para, juntos, sentarmos todos numa mesa e debater tecnicamente, mas não numa reunião plenária como hoje, que é uma reunião de congraçamento. Muito obrigado! O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Representante do Conselho Comunitário de Saúde de Franco da Rocha, Região do Sistema Cantareira). Sr. Secretário, inicialmente gostaria de me congratular e parabenizar a todos os colegas que hoje aqui tomam posse como conselheiros, e dizer que nós, hoje, temos a oportunidade de entrar numa segunda etapa do Comitê. Através do trabalho do Sr. Secretário dos Recursos Hídricos, que se empenhou pessoalmente em estar fortalecendo este Comitê, acredito que possamos agora entrar nessa segunda etapa e enfrentar de uma maneira mais efetiva os problemas que afligem toda a Bacia do Alto Tietê. Gostaria de colocar para o Sr. Secretário uma questão de esclarecimento e um requerimento também. A questão de esclarecimento seria a seguinte: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que já se encontra na Assembléia Legislativa, ainda pendente de aprovação, Plano este do qual participei de algumas discussões para a sua constituição no ano passado, e nós, enquanto representantes da sociedade civil, procuramos envidar esforços na tentativa de algumas intervenções relacionadas com interesses metropolitanos; encontramos algumas dificuldades e vimos representadas no Plano apenas parcialmente essas preocupações. Portanto, a questão de esclarecimento é a seguinte: este Comitê que hoje integra os novos prefeitos eleitos no ano passado, e que integra também uma nova representação da sociedade civil e uma nova representação do Estado à mais revitalizada, inclusive -, qual vai ser a sua condição para estar reavaliando ou readequando o Plano Estadual de Recursos Hídricos aos anseios, às necessidades e às propostas que essa nova representação traz hoje? Acho esta uma questão importante porque, obviamente, nós não podemos trabalhar engessados! Temos que trabalhar dentro das diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e se essas são as diretrizes, muito pouco nós podemos fazer! Se o Comitê é soberano para decidir, para poder deliberar, quais são os caminhos para poder readequar essas diretrizes aos anseios dos novos prefeitos, à nova representação da sociedade civil e à nova representação do Estado que hoje vêm para o Comitê? Esta é uma questão de esclacimento, portanto. Gostaria também de fazer um requerimento: é impossível se trabalhar e, principalmente, para a sociedade civil é muito difícil de se trabalhar sem transparência, sem informação! E acredito que para os senhores prefeitos também é muito difícil trabalhar sem informações adequadas e informações de primeira mão. Nesse sentido, eu gostaria de requerer, enquanto conselheiro, que se fosse trazido à transparência a relação de obras, os locais aonde estão sendo realizadas obras, programas, serviços, etc., não necessariamente obras físicas, não só obras físicas, mas todo tipo de intervenção que hoje é feita dentro da Bacia do Alto Tietê, como também os respectivos valores de investimentos e as entidades estatais que estão envolvidas nesses investimentos, no caso, SABESP, ELETROPAULO, DAEE, quem está coordenando, quem está executando, enfim, acho que é muito importante saber isso, e podemos considerar a partir do início do Governo Covas, que é quando, efetivamente, nós passamos a ter um novo gerente estadual desses atores, dentro da gestão dos recursos hídricos. Portanto, minha intervenção é no sentido de um esclarecimento em relação à

questão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, se vamos poder intervir e de qual maneira poderemos intervir, e transparência com relação a esses temas, que são muito importantes para que possamos, efetivamente, começar a trazer para dentro do Comitê essas decisões que são muito importantes e que hoje a sociedade civil e os prefeitos à principalmente os prefeitos à ficaram alijados de estar deliberando, de estar discutindo e de estar influindo nesse processo. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) à Primeiramente, com relação ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, o mesmo está tramitando na Assembléia Legislativa, não foi transformado em lei ainda, o que deverá ocorrer ainda este ano. Portanto, qualquer alteração do Plano, se for uma lei, vai precisar ser feita através de um projeto de lei. De toda forma, não sei se ele chega a engessar a nossa atuação aqui do Comitê de Bacia, porque esse Plano, no nível em que ele foi encaminhado à Assembléia, ainda é um Plano muito superficial; então tem todo um arcabouço ainda a se definir, ele não está muito detalhado, e não sei se tem algum aspecto ou alguma questão que está contida no Plano e que, eventualmente, inviabilize algum programa que a gente possa discutir aqui. Tenho uma dúvida também se esse caminho onde os planos devam ser levados ao Legislativo para serem transformados em lei seja o melhor caminho, porque isso cria esse problema do engessamento, porque cada vez que for necessária uma alteração, uma transformação, é muito mais difícil alterar uma lei do que mudar, por exemplo, uma decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Acho que tem um outro inconveniente: esses planos nascem dos comitês de bacia, são discutidos nesses comitês pelos municípios, pelos representantes da sociedade civil, pelo Estado e depois vão fazer parte do Plano Estadual de Recursos Hídricos, indo para a Assembléia Legislativa, posteriormente, ou seja, daí então passam para uma outra instância, os deputados vão passar a discutir o plano e eles começam da estaca zero, porque eles não participaram de todo aquele processo de formação do plano; e na Assembléia Legislativa podem surgir emendas que venham até totalmente contra, numa direção contrária àquilo que foi decidido nos comitês de bacia e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos! Portanto, não tenho certeza se o melhor caminho, realmente, é o plano estadual ser transformado em lei; inclusive, no projeto federal de recursos hídricos esse foi um dos artigos que foi vetado. Em outros países, isso não é lei, é uma deliberação de um conselho, como no caso o nosso Conselho Estadual de Recursos Hídricos e como os nossos comitês de bacia. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Representante do Conselho Comunitário de Saúde de Franco da Rocha, Região do Sistema Cantareira). Eu perguntaria, então, Sr. Secretário, se é possível rever esse encaminhamento e trazer novamente o Plano para uma revisão pelos novos prefeitos eleitos, por essa nova representação que aí está, e se for o caso de encaminhar para a Assembléia, já encaminhar uma proposta mais de consenso, porque os prefeitos aqui e as próprias entidades da sociedade civil do Estado podem estar buscando as suas respectivas bancadas de representação na Assembléia Legislativa, evitando que se deforme um encaminhamento que saia aqui do Comitê. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) à Por enquanto, somos obrigados a seguir o encaminhamento que está estabelecido na Lei 7663; o que podemos fazer é ao longo da Lei 7663 mandarmos um projeto de lei mudando o projeto encaminhado para a Assembléia... Aliás, talvez fosse melhor pensar em mudar a Lei 7663! E com respeito à relação de obras que foi requerida, eu vou solicitar que os representantes do Estado, que os órgãos do Estado que fazem obras ligadas à gestão de recursos hídricos que preparem um relatório para encaminhar aos membros do Comitê. A SRA. ELIZABETH TORTOLANO (Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Águas, Esgoto e Meio-Ambiente à SINTAEMA) à

Boa tarde, senhoras e senhores; em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Águas, Esgotos e Meio-Ambiente de São Paulo à SINTAEMA, queremos cumprimentar todos os membros aqui empossados para o Comitê de Bacia do Alto Tietê. É de suma importância a instalação deste Comitê e os trabalhadores deste setor julgam e consideram um avanço importante a participação integrada da sociedade civil e dos setores governamentais, no caso, das prefeituras e do Estado. Nós, como toda sociedade civil, sempre pleiteia ser ouvida, ser consultada e ter condições de opinar sobre os projetos que vão de encontro aos interesses mais fundamentais da população. Nesse sentido, quero aqui declarar publicamente que houve uma pequena atrapalhação no nosso encaminhamento e o SINTAEMA acabou assumindo a suplência deste Comitê, mas que nesse sentido não estará desabonando em nenhum momento as atividades e o nosso interesse em participar das discussões aqui instaladas. E já até para poder dar andamento ao processo, gostaríamos de nos inscrever na câmara técnica de qualidade e racionalização dos usos da água; é um pleito que vimos formular a este Comitê, porque julgamos que essa câmara técnica vai tratar justamente do que significa para a população a prioridade, que é o abastecimento de água, hoje tão carente na nossa cidade e nas cidades vizinhas e pertencentes à Bacia do Alto Tietê. Portanto, julgamos fundamental a participação nessa câmara técnica e pedimos ao Comitê que, portanto, instale rapidamente as comissões para que possamos estar nos agendando e participando das discussões para que possam ser fluídos os nossos trabalhos. Era isso o que gostaríamos de colocar. Muito obrigada! O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO à (Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB) Boa tarde a todos, boa tarde Sr. Secretário. Gostaria apenas de fazer um comentário porque foi citada aqui a nossa organização; é necessário, Virgílio, que tenhamos um pouco de cultura para saber qual é a origem do movimento. Qualquer indivíduo que se diga ambientalista ou que se interesse pela questão, deve se lembrar da primeira peça de dramaturgia, de Ibsen, uma peça de dramaturgia muito importante, que é um marco da luta pelo ambiente. Diz esta peça, caso você não a conheça e com certeza, não conhece -, que um médico sanitarista, de uma cidadezinha do Interior, que é nada mais, nada menos que uma cidade de águas medicinais, descobre que esta água está contaminada, e do dia para a noite, ele se torna um inimigo do povo, vítima da pequena burguesia, vítima dos interesses políticos mesquinhos, vítima daqueles que fazem da saúde pública uma mera figura de retórica. Então, tudo o que for possível e necessário para que São Paulo tenha um abastecimento de água limpa, será feito por parte daqueles que tem ainda na cidadania o suporte do estado de direito. Se não fosse a luta da OAB nesses últimos quatro anos não estaríamos hoje brigando para que o Governo utilize a água da Billings como fonte de abastecimento. O SR. ARIOVALDO CARMIGNANI (Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo à SABESP) à Sr. Secretário, eu gostaria de propor, então, que nós caminhássemos para a definição das câmaras técnicas, que eu não entendi ainda a proposta na sua totalidade, mas imaginava que nós estivéssemos discutindo aqui a indicação de nomes ou a forma de estabelecer essas câmaras técnicas e, eventualmente, já estabelecer os subcomitês, para que pudéssemos ter uma estrutura operacional eficaz nas discussões dos problemas, porque num plenário desta magnitude, acho que nós podemos correr o risco de gastar longas horas sem uma discussão conclusiva. O SR. RANDOLFO MARQUES LOBATO (Presidente da Associação Brasileira de Ecologia e de Prevenção à Poluição ABEPPOLAR) - Meu caro Presidente da SABESP, é só uma questão de nós lermos a Ordem do Dia, e a todos que se anteciparam... Olha, Sr. Secretário, pelo andar da carruagem, este Comitê vai ser muito quente! (risos) Então hoje, como está na Ordem do Dia, a primeira parte é posse dos representantes, eleição e posse do presidente, segunda parte leitura e aprovação da ata da reunião anterior, propostas e deliberação via organismos e instâncias de suporte e exposição de perspectivas do sistema tal e tal. Portanto, Sr. Secretário, não consta da Ordem do Dia a indicação dos nomes das instituições para as

câmaras técnicas, até mesmo porque as grandes entidades e, possivelmente, todas as prefeituras, vão analisar com cuidado e com carinho de qual câmara técnica que o respectivo órgão, instituição ou entidade vai participar. Não dá, no momento, de chofre, de estarmos escolhendo isso. Estamos aqui eu, o Dr. Savelli e o Dr. Ortiz lembrando isso, e creio que também o Dr. Antônio Fernando Pinheiro Pedro, da OAB. De modo que se siga a Ordem do Dia e se convoque uma próxima reunião para a indicação das câmaras técnicas. Esta é a nossa proposta. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) à Então, vamos encaminhar essa questão, porque, obviamente, não pretendemos aqui fazer a composição das câmaras técnicas, se não vamos ficar reunidos até a meia-noite! (risos) Vamos abrir as inscrições para as câmaras técnicas e vamos dar um prazo de 10 (dez) dias para que todas as entidades, para que todos os membros do Comitê de Bacia possam fazer a sua inscrição e indicar quais serão os seus representantes em cada uma das câmaras técnicas. Portanto, hoje é dia 14 (quatorze), dia 24 (vinte e quatro) deve ser uma segunda-feira, não é isso? (...) Portanto, até o dia 24 (vinte e quatro) deste mês, se todos os senhores estiverem de acordo, seria o prazo para a inscrição dos indicados para as câmaras técnicas. Creio que 10 (dez) dias é o suficiente, pois basta apenas enviar um fax indicando as câmaras técnicas as quais cada entidade e cada prefeitura deseja participar e indicando o nome das pessoas que vão representá-los nas câmaras técnicas. Portanto, como todos estão de acordo, fica estipulado esse prazo para a inscrição dos representantes nas câmaras técnicas. O SR. RANDOLFO MARQUES LOBATO (Presidente da Associação Brasileira de Ecologia e de Prevenção à Poluição ABEPPOLAR) - Só uma questão de ordem, Sr. Secretário: se uma entidade quiser participar das três câmaras técnicas, como ela deve proceder? O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) Não há problema algum! É só indicar os nomes para as três câmaras técnicas, tudo bem. O SR. RANDOLFO MARQUES LOBATO (Presidente da Associação Brasileira de Ecologia e de Prevenção à Poluição ABEPPOLAR) - Já este estatuto atual prevê isso ou não? O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) Veja bem: não tem limite para a participação nas câmaras técnicas. O SR. RANDOLFO MARQUES LOBATO (Presidente da Associação Brasileira de Ecologia e de Prevenção à Poluição ABEPPOLAR) - Perfeito! Então, agora, uma última colocação que creio procedente, em parte, é que dentro desse contexto a gente fique pensando à não é para ser decidido aqui à sobre a reforma estatutária do Comitê, que é um trabalho longo, delicado, e que as prefeituras provavelmente coloquem os seus jurídicos para estudar, as entidades e as instituições da mesma forma, etc., etc. Só esta colocação eu gostaria de fazer aqui e, de nossa parte, está encerrado. Muito obrigado! O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) aliás, eu iria fazer essa colocação no final da reunião; nós recebemos uma sugestão que, particularmente, achamos excelente, da OAB, no sentido de aprimorar o nosso estatuto. O nosso objetivo aqui é que esse Comitê de Bacia seja o mais representativo o possível, e tem algumas entidades as quais seria importante que fizessem parte do comitê da bacia, como a própria OAB, como a SBPC, que está aqui presente conosco e que ficou de fora dessa composição do Comitê, mas que precisa estar conosco no Comitê, o "IAB" e tantos outros, enfim, que deveriam ser membros natos do nosso Comitê, independente de participar de eleições e tudo o mais. O Ministério Público, por exemplo, não faz sentido o Ministério Público se submeter a uma eleição

para participar ou não do comitê de bacia! Portanto, existem entidades que deveriam ser membros natos do comitê de bacia. Para isso, então, nós pretendemos criar uma comissão para que possamos fazer os estudos necessários e no mais curto espaço de tempo submeter à aprovação dos senhores. Inclusive, quanto a essa questão de alteração do estatuto, ninguém precisa ficar preocupado porque o próprio estatuto diz que qualquer alteração no mesmo tem de ser feita com a aprovação de 2/3, e isso não dos membros presentes, e sim do total dos membros do Comitê. Portanto, qualquer alteração no estatuto necessita de 32 votos para ser efetivada, então isso é uma coisa que tem de ser feita por consenso, e o nosso desejo é ter essa comissão para que possamos ter um estatuto que conduza a um comitê de bacia mais representativo. Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? (...) No início da reunião nós havíamos recebido uma solicitação de alguns prefeitos presentes com relação à representação desta Bacia no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Existem alguns prefeitos que ainda não votaram, como também existem alguns prefeitos que gostariam de falar aos demais prefeitos presentes. Não sei se está presente aqui o prefeito de Franco da Rocha, que havia solicitado a palavra para manifestar-se sobre esse assunto... * (NOTA DO TAQUÍGRAFO O Prefeito de Franco da Rocha não encontrava-se na sala neste momento). Aliás, hoje é o último dia, temos aqui cédulas para votação e muitos prefeitos da Região Metropolitana, da Bacia do Alto Tietê ainda não votaram e, portanto, se o quiserem fazer, hoje é o último dia para tanto. Se o Prefeito de Franco da Rocha quiser fazer uso da palavra ainda, ou qualquer outro prefeito presente que o queira, nesse sentido, por favor, está franqueada a palavra neste instante. O SR. JOSÉ BENEDITO HERNANDEZ (Prefeito do Município de Franco da Rocha) Peço desculpas a todos, estava lá fora e não tinha percebido a colocação do Sr. Secretário. Estou me candidatando a membro do Conselho Estadual, representando esta nossa região, e gostaria de expor o motivo do por quê disso: Franco da Rocha, Mairiporã e a nossa região representa hoje, praticamente, mais de 60% da água que é fornecida à Grande São Paulo. E nós, como município pequeno e carente, achamos por bem nos fazer representar de uma maneira mais efetiva, porque, infelizmente, nunca fomos ouvidos; nós só fornecemos, e não temos o retorno de nada! Estamos preocupados com os recursos hídricos que a nossa região dispõem, estamos preocupados com as invasões que estão acontecendo nas áreas de manancial, estamos constantemente comunicando os órgãos do que está acontecendo e, infelizmente, não encontramos eco! A Barragem Paiva Castro, que é responsável pela elevação da água que vem do Sistema Cantareira para o Guaraú está sendo invadida, está sendo depredada, e a gente vem gritando, nosso amigo ali, Bonfiglio, que faz se representar pelo Conselho Comunitário de Saúde do nosso Município vem gritando muito, porém nunca foi ouvido! Então estamos tentando chamar a atenção dos senhores para o fato de que a maior quantidade de água que é fornecida à Grande São Paulo sai de Franco da Rocha e Mairiporã, e é por este motivo que achamos por bem lançar o nosso nome para se fazer representar no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Muito obrigado a todos e esperamos que possamos ter apoio para a nossa empreitada, e também esperamos que, com isso, nós possamos ser ouvidos. Temos muitos problemas a resolver na nossa região, principalmente nesse sentido, com as invasões da área de manancial, e estando no Comitê, temos certeza de que seremos ouvidos. A nossa preocupação maior não é só com a nossa cidade, mas sim que, amanhã, os senhores dos outros municípios da Grande São Paulo possam ter água para consumir. Muito obrigado a todos! (Palmas) O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) Gostaria de franquear a palavra a algum outro prefeito que queira defender a sua candidatura ou mesmo a qualquer outro membro aqui presente que queira defender a candidatura de outro prefeito ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. (Pausa) Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, vou devolver a presidência dos trabalhos ao Sr. Roberto

Klabin que está, neste momento, estreando na Presidência do Comitê de Bacia do Alto Tietê, para que o mesmo faça as suas considerações e faça o encerramento da nossa reunião. O SR. ROBERTO L. M. KLABIN (Fundação S.O.S. Mata Atlântica e vice-Presidente eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) à Antes de mais nada, quero dizer que nunca atingi a presidência tão rápido na minha vida... (risos)... Foi um processo muito interessante! (risos) Queria agradecer, primeiramente, a todos os presentes, principalmente às pessoas da mesa, prefeitos, Secretários, aos membros das várias entidades que representam a sociedade civil, por esta eleição, e espero que todos nós venhamos, realmente, a trabalhar muito por isso. Lembro-me que no tempo da faculdade de direito aprendi que quando a gente não queria fazer alguma coisa, recomendava-se criar um comitê... Mas eu acredito também que nós podemos trabalhar cada grupo de interesse, especificamente, em cima de metas claras, e em assim o fazendo, teremos condições de poder apresentar um bom resultado. Acredito que essas câmaras técnicas terão uma grande possibilidade de sucesso se elas tiverem objetividade; é fundamental ter objetividade, cumprimento de prazos, estabelecimento claro das metas que se pretende atingir. Imagino que o Sr. Secretário vai estar monitorando esse trabalho, e acredito que nós aqui, nesta câmara grande, vamos ser o fórum de debates e vamos procurar encaminhar esses trabalhos da maneira mais objetiva o possível; caso contrário, vamos acabar perdendo tempo e não vamos conseguir chegar ao objetivo de todos, que é acabar com o problema hídrico do Estado e, principalmente, do município de São Paulo. Queria agradecer a participação de todos e antes de encerrar os nossos trabalhos, gostaria de saber para quando vamos convocar a próxima reunião, e como é o procedimento também, no Comitê, para a convocação da nossa próxima reunião. O SR. HUGO MARQUES DA ROSA (Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Estadual de Recurso Hídricos e Secretário Executivo eleito do Comitê da Bacia do Alto Tietê) à O procedimento de convocação é o seguinte: a convocação é feita pelo Presidente do Comitê: existem formas de convocação que estão previstas no estatuto e a convocação é feita pelo Presidente e a Secretaria Executiva prepara então a pauta e faz a convocação dos presentes por determinação da Presidência. O SR. ROBERTO L. M. KLABIN (Fundação S.O.S. Mata Atlântica e vice-Presidente eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) Então vamos seguir esse procedimento: a próxima reunião deverá acontecer dentro de quanto tempo, aproximadamente? Dois meses, é isso? Aliás, isso seria interessante de se saber da parte dos membros do Comitê, ou seja, qual a periodicidade para a convocação das reuniões? O SR. RANDOLFO MARQUES LOBATO (Presidente da Associação Brasileira de Ecologia e de Prevenção à Poluição ABEPPOLAR) - Talvez de 30 em 30 dias fosse interessante, para não perdermos demais o contato com os membros do Comitê e para que tenhamos uma maior fluidez nos nossos trabalhos... O SR. ROBERTO L. M. KLABIN (Fundação S.O.S. Mata Atlântica e vice-Presidente eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) Esta proposta que está sendo colocada, de se fazer de 30 em 30 dias, não sei se para os prefeitos, principalmente, que são muito ocupados e tal, mesmo pelas outras pessoas, se isso seria viável, mas seria interessante que fosse definida essa periodicidade hoje, aqui. Normalmente, se não me engano, são de 3 em 3 meses, não é isso, Sr. Secretário? * (NOTA DO TAQUÍGRAFO: O Sr. Secretário Hugo Marques da Rosa faz um rápido comentário fora do microfone para o Sr. Roberto Klabin). O SR. ROBERTO L. M. KLABIN (Fundação S.O.S. Mata Atlântica e vice-Presidente eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) Então nós vamos fazer o seguinte: eu acredito que vamos manter o sistema anterior...* (NOTA DO TAQUÍGRAFO: Rápidas manifestações de alguns membros da Mesa). O SR. ROBERTO L. M. KLABIN (Fundação S.O.S. Mata Atlântica e vice-Presidente eleito do Comitê de Bacia do Alto Tietê) à Portanto, ficamos com uma periodicidade de 60 em 60 dias, creio ser um processo adequado para todos. E com relação à convocação para a formação das câmaras técnicas, o Sr. Secretário já havia fixado o prazo de 10 dias, e depois, então, irão ser fixadas as datas de reunião

das mesmas. Muito bem! Agradeço a todos, o trabalho é muito grande, peço a ajuda de todos vocês! Está encerrada a reunião. (Palmas) (Encerra-se a reunião às 16 horas e 25 minutos.)
****
****